



ISSN 2763-6739



MESTRADO  
EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA

## Inclusão de alunos com deficiência visual no ensino primário na província de Niassa: desafios e oportunidades

<http://doi.org/10.5212/RevTeiasConhecimento.v1i5.2025.24115>



**Eusébio Tiago França\***

**Victorino Tiago França\*\***

<https://orcid.org/0009-0005-1884-1099>



<http://lattes.cnpq.br/2705734237368412>



**Everson Manjinski\*\*\***

<https://orcid.org/0000-0002-8427-5129>



<http://lattes.cnpq.br/1080213560778828>



\* Formador de Actividades Praticas e Tecnologicas na Escola de Professores do Futuro Niassa: Lichinga em Rovuma.

\*\* Possui graduação em Administração e Gestão de Educação pela Universidade Rovuma (2020). Atualmente é formador na Escola de Professores do Futuro- Niassa desde 2020. Tem experiência na área de Ensino-Aprendizagem, com ênfase em formação de professores primários e educadores de adultos. Trabalhou durante 10 anos no Ensino primário no distrito de Sanga, localidade de Il Congresso. Línguas faladas e escritas: Português, Ciyao e Cinyanja- fluentemente; Mestrando actualmente em Avaliação Educacional pela Universidade Rovuma- Extensão do Niassa desde Il semente de 2023.

\*\*\* Pós-doutor em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), e Professor do Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Educação Inclusiva da Universidade Estadual de Ponta Grossa (PROFEI/UEPG).

[emanjinski@uepg.br](mailto:emanjinski@uepg.br)

### **Inclusão de alunos com deficiência visual no ensino primário na Província de Niassa: desafios e oportunidades**

**RESUMO:** Este estudo de revisão examina as políticas de inclusão de alunos com deficiência visual no ensino primário em Moçambique, com foco na província de Niassa. Baseando-se em documentos normativos, instrumentos internacionais e publicações do Governo de Moçambique de 2016 a 2023, o artigo revela desafios significativos na implementação dessas políticas, incluindo a falta de professores qualificados, infra-estruturas inadequadas, atitudes e preconceitos e materiais didáticos escassos. A pesquisa conclui que a adaptação das políticas às realidades locais é crucial para uma inclusão efetiva, destacando a necessidade de apoio pedagógico e formação especializada. Formar professores na perspectiva da educação inclusiva requer ressignificar o papel dos professores, a escola, a educação e as práticas pedagógicas comuns em todos os níveis do nosso sistema educacional excludente. É urgente que todas as políticas e regulamentos que governam a gestão das escolas e a formação dos professores em todos os subsistemas e níveis de ensino devem incorporar a perspectiva da educação inclusiva. É necessário também que os gestores educacionais façam o levantamento de alunos com deficiência visual ao nível da província do Niassa e criar mecanismos para que estes estejam integrados na rede escolar pública. No entanto, o professor deve encorajar os colegas de classe a tratar os alunos com deficiência de maneira respeitosa e colaborativa, pois eles devem fazer parte do grupo. O presente estudo não pretende esgotar o tema, porém, abre espaço para novos estudos sobre a matéria.

**Palavras-Chave:** Educação Inclusiva; Formação de professores; Desafios de Inclusão de alunos com deficiência visual.

### **Inclusion of students with visual impairments in primary education in the province of Niassa: challenges and opportunities**

**ABSTRACT:** This review study examines policies for the inclusion of students with visual impairments in primary education in Mozambique, focusing on the province of Niassa. Drawing on normative documents, international instruments and publications from the Government of Mozambique from 2016 to 2023, the article reveals significant challenges in implementing these policies, including a lack of qualified teachers, inadequate infrastructure, attitudes and prejudices and scarce teaching materials. The research concludes that adapting policies to local realities is crucial for effective inclusion, highlighting the need for pedagogical support and specialized training. Training teachers from the perspective of inclusive education requires giving new meaning to the role of teachers, the school, education and common pedagogical practices at all levels of our exclusionary educational system. It is urgent that all policies and regulations governing school management and teacher training in all subsystems and levels of education must incorporate the perspective of inclusive education. It is also necessary for educational managers to survey students with visual impairments in the province of Niassa and create mechanisms for them to be integrated into the public-school network. However, the teacher should encourage classmates to treat students with disabilities in a respectful

## **Inclusão de alunos com deficiência visual no ensino primário na província de Niassa: desafios e oportunidades**

Eusébio Tiago França, Victorino Tiago França e Everson Manjinski

and collaborative manner, as they should be part of the group. The present study does not intend to exhaust the topic; however, it opens space for new studies on the matter.

**Keywords:** Inclusive Education; Teacher training; Challenges of Inclusion of students with visual impairments;

### **1. INTRODUÇÃO**

A política educativa moçambicana define a educação básica como um direito universal. Por outro lado, a decisão do país de implementar uma concepção de escolas inclusivas trouxe desafios, que incluem a criação de condições estruturais, conceituais e humanas para garantir que todos os indivíduos que buscam esses processos inclusivos sejam atendidos.

Em 2021 o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH), apresentou a Estratégia da Educação Inclusiva e Desenvolvimento da Criança com Deficiência (EEIDCD) 2020-2029, com o objectivo de incrementar o acesso e manter os alunos deficientes nas escolas, tendo em conta que se estima que duas de cada três crianças com deficiências não têm acesso a escola no país, por diversos motivos, onde um dos maiores factores é a existência dos centros de educação para atender estes alunos estão localizados apenas nas capitais regionais do país, limitando assim, a população que provêm de poucos recursos financeiros para integrar os seus educandos neste centros. Este cenário é preocupante, e vai contra a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), que preconiza o acesso universal a educação (UNICEF, 2021).

A inclusão de ADV é um desafio que implica a actuação e apoio de diversos sectores, pois, há necessidade de se criar um sistema de ensino em que todos aprendam, e que não se considere normal deixar alunos para trás, quer seja em detrimento das deficiências que apresentem ou da condição social que vivem (Alves, 2018).

Apesar de se ter implementado a EI no país, o ADV permanece ao segundo plano, uma vez que o MINEDH tem promovido poucas capacitações sobre a matéria de NEE e poucos são os estudos realizados neste campo, como forma de impulsionar

os gestores políticos e educacionais e da sociedade civil, para garantir provisão de recursos necessários a efetivação concreta a realidade local.

Devido a isso, é de extrema importância desenvolver o estudo para compreender os desafios e as oportunidades ofertadas à educação para ADV no ensino primário no país e sobretudo na província de Niassa.

A educação de pessoas portadores de deficiência visual em Niassa, continua sendo um grande desafios, pois, quase em todas escolas existentes na província, nenhuma apresenta alunos com deficiência visual, daí surge a necessidade pesquisar este tema convista a aferir as oportunidades ofertadas na rede escolar existente

Os pesquisadores realizaram uma revisão bibliográfica para fornecer a melhor análise do tema, mantendo a relevância científica do artigo. Partindo da seguinte questão: que oportunidades de inclusão são oferecidas ao aluno com deficiência visual no Niassa? Quais os desafios da inclusão para Alunos com Deficiência Visual? E que políticas de acessibilidade são desencadeadas para fazer face a estes desafios.

## **2. Contexto Histórico e Político da Educação Inclusiva**

A história da educação inclusiva em Moçambique pode ser compreendida dentro de um contexto mais amplo das políticas educacionais do país, marcadas por várias fases de desenvolvimento social, político e económico. A educação de deficientes visuais em Moçambique tem evoluído gradualmente, influenciada por factores históricos, sociais e políticos. A trajetória pode ser dividida em diferentes fases:

Durante o período colonial (Antes de 1975), a educação era limitada a uma minoria privilegiada e havia uma grande discriminação contra a maioria da população, especialmente contra pessoas com deficiências. A educação inclusiva praticamente não existia, com as escolas sendo exclusivas para aqueles que atendiam a certos critérios. Neste época, a educação para pessoas com deficiência, incluindo deficientes visuais, era praticamente inexistente. O sistema educacional colonial era exclusivo e não havia instituições específicas para atender pessoas com deficiência.

## **Inclusão de alunos com deficiência visual no ensino primário na província de Niassa: desafios e oportunidades**

Eusébio Tiago França, Victorino Tiago França e Everson Manjinski

Após a independência de Moçambique (1975-1990), o governo adoptou uma política de educação para todos, com o objectivo de democratizar o acesso à educação. No entanto, a inclusão de pessoas com deficiência ou com deficiência visual no sistema educativo ainda era limitada. A guerra civil, que durou até 1992, também dificultou o desenvolvimento de políticas educativas inclusivas.

Com o fim da guerra civil (1990 e Início dos Anos 2000), Moçambique começou a reformar o seu sistema educacional. Neste período, o conceito de educação inclusiva começou a ganhar espaço, influenciado por movimentos internacionais e pela ratificação de convenções internacionais sobre os direitos das pessoas com deficiência. Porém, houve um esforço para reconstruir e expandir o sistema educacional. Entretanto, começaram a surgir iniciativas específicas para a educação de deficientes visuais, como a criação de escolas especiais e a adaptação de materiais didácticos em braille.

Foi neste período que Moçambique busca adaptar suas regulamentações e políticas educacionais às recomendações e estratégias internacionais, como a Declaração Mundial sobre a Educação para Todos (UNESCO, 1990), a Declaração de Montreal (França, 1999), a Declaração sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), a Carta para o Terceiro Milénio (1999), Declaração de Dakar (2000) e outras Declarações que foram assinada e publicada.

Em 1998, o Ministério da Educação de Moçambique, com o apoio da UNESCO, lançou o projecto "Escolas Inclusivas" para combater a exclusão escolar e promover a educação universal. As Escolas Inclusivas em Moçambique são consideradas iniciativas que buscam reorganizar seus processos formativos, desde sua estrutura organizacional. A ideia de escolas inclusivas foi introduzida lentamente na rede educacional em resposta a Declaração de Salamanca, na qual diz que "todos os alunos devem aprender juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentam" (UNESCO, 1994).

Para materializar este quesito, o Ministério de Educação de Moçambique traçou um plano estratégico (PEE 1998-2003), sendo o instrumento oficial para a

## **Inclusão de alunos com deficiência visual no ensino primário na província de Niassa: desafios e oportunidades**

Eusébio Tiago França, Victorino Tiago França e Everson Manjinski

implementação das políticas de educação, tendo como base de apoio o Plano Nacional de Educação, que tinha três objectivos principais para o sistema educacional.

Em relação ao primeiro objectivo, é importante destacar que ele consistia em melhorar o acesso às oportunidades educacionais para todos os cidadãos moçambicanos, em todos os níveis do sistema. O segundo objectivo era manter e melhorar a qualidade da educação, que incluía universalização, acesso, permanência e garantia de direitos como a educação. O terceiro era a criação de um quadro institucional e financeiro para garantir a sustentabilidade das escolas e manter os alunos moçambicanos no futuro.

Com estes objectivos expostos, o ministério responsável passou a requalificar e reconstruir algumas escolas do país com principal destaque a construção de três (3) centros de apoio a alunos com NEE em três regiões do país sendo Gaza, Tete e Nampula ( Sul, Centro e Norte) representado um Centro de Recursos de Educação Inclusiva para cada região, criando assim, oportunidades educacionais para todos os cidadão moçambicanos abrindo o caminho ao acesso aos serviços básicos e permanência nas instituições educacionais.

O Plano Estratégico de Educação (PEE, 2012-2016) do governo moçambicano, visa garantir o direito de todas as crianças, jovens e adultos à educação básica, incluindo aquelas com deficiências físicas e/ou de aprendizagem que requerem atenção educativa especial. O objectivo da abordagem é garantir que alunos possam frequentar escolas regulares.

Nas últimas duas décadas, Moçambique tem feito progressos significativos em termos de inclusão educativa. Políticas e programas específicos foram desenvolvidos para garantir que as crianças com necessidades educativas especiais tenham acesso à educação. A criação do Plano Estratégico da Educação (PEE) e outras iniciativas foram fundamentais para avançar a educação inclusiva no país.

Por outro lado, a implementação do conceito de escola inclusiva exige que os

## **Inclusão de alunos com deficiência visual no ensino primário na província de Niassa: desafios e oportunidades**

Eusébio Tiago França, Victorino Tiago França e Everson Manjinski

educadores desenvolvam as habilidades e competências necessárias para lidar com a variedade de características físicas e cognitivas dos alunos. Ao mesmo tempo, uma atenção especial deve ser dada à infra-estrutura da escola para garantir e incentivar a participação de todos os alunos. Todas as políticas e regulamentos que governam a gestão das escolas e a formação dos professores em todos os subsistemas e níveis de ensino devem incorporar a perspectiva da educação inclusiva.

Apesar do esforço nesta dimensão que parece não ser suficiente, pois, uma política de educação inclusiva requer a promoção, a protecção e a garantia de políticas, culturas e práticas que valorizam o trabalho em equipe para a construção de conhecimento compartilhado, a fim de garantir a igualdade sociocultural e académica.

### **3. FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

Com a ajuda de seus parceiros nacionais e internacionais, o GM melhorou o PEI. Ainda há muito trabalho a ser feito para acabar com a discriminação e aumentar o acesso à ANEE.

Em Moçambique, os PEI que são usados concentram-se mais no ensino primário e secundário do que no ensino superior. Isso pode ser devido ao facto de que a educação gratuita abrange apenas as primeiras e últimas classes do ensino fundamental ou até a nona classe (Samboco, 2020).

O objectivo desta política do GM de tornar a educação gratuita e obrigatória da primeira à nona classe foi de reduzir a desistência de crianças e adultos que não tinham dinheiro para pagar as matrículas nessas classes iniciais (MINEDH, 2018).

A Formação de Professores em Matéria de DV em Moçambique é feita em poucos Institutos de Formação de Professores (IFP) e algumas universidades passaram a incluir disciplinas como Sistema Braille e NEE como componente curricular. Contudo, esses conhecimentos não são por si só suficientes e não respondem de forma adequada as NEE do ADV, embora haja uma intenção de introduzir capacitações periódicas rumo à EI (Ngomane, 2018)

O Plano Estratégico da Educação 2020–2029 apoia a EI, com ênfase na ANEE.

Além disso, é necessário priorizar a formação e capacitação de professores em NEE; a criação de regulamentos que protejam e promovam a ANEE; e a adaptação de instalações e materiais didáticos para a ANEE (MINEDH, 2020). Se os componentes essenciais deste plano estratégico forem apresentados na prática e existir um órgão activo de supervisão que garante que todos os planos sejam totalmente executados, a retenção dos ADV nas escolas aumentaria significativamente.

De acordo com o ponto 2 do artigo 18 da Lei n.º 18/2018, promulgada em 28 de Dezembro, a educação do ANEE é realizada tanto nas escolas regulares, quanto nas de Educação Especial (EE). Além disso, o mesmo artigo afirma que a verificação e o cumprimento, o Conselho de Ministros é responsável por supervisionar o seu funcionamento (Lei n.º 18/2018 de 28 de Dezembro, 2018). Observa-se aqui, que existe um órgão que fiscaliza, mas pode ser questionado quanto isso é amplo, levando em consideração que existem muitas escolas em todo o país.

O principal problema da educação inclusiva em Moçambique, reside no facto de que a maioria das instituições educacionais do país não foram projectadas para responder as NEE dos alunos. Esta diferença é percebida no ambiente académico e profissionais, utilizando métodos inadequados que não consideram as particularidades de cada deficiência (Milice, 2023).

Para que a inclusão seja eficaz, as políticas vigentes devem ser adaptadas às situações locais. "No país, a educação especial é feita de forma independente ou isolada, o que faz com que as escolas pareçam ser discriminadas. Por exemplo, existem Centros de Recursos de Educação Especial (CREE) que não têm condições ideais para atender as necessidades do ADV", (Ngomane (2018).

Costa e Mendonça (2019) comentam que, embora a DV não seja um problema para Vygotsky, o impacto da inserção da DV no meio social é o que pode afectar seu psicológico, pois essas limitações foram criadas pela sociedade. por meio do qual, defende a incorporação da educação inclusiva na educação regular e não separada. Com base nessa separação, é possível considerar se a situação em questão poderia contribuir para a discriminação do ADV.

Por outro lado, na província de Niassa, existem escolas comuns que não

## **Inclusão de alunos com deficiência visual no ensino primário na província de Niassa: desafios e oportunidades**

Eusébio Tiago França, Victorino Tiago França e Everson Manjinski

possuem os materiais didáticos necessários e professores especializados para atender às necessidades dos alunos com NEE ou dos ADV, componentes estes que dificultam os alunos perceberem o conteúdo a ser estudado. De recordar que a formação de professores virada para a inclusão educacional, teve o seu início no ano 2021 e tendo graduado o primeiro grupo de professores com estas características no ano de 2023. Ao nível da província, dos demais 6000 professores existentes, somente 987 professores estão capacitados para atender os alunos com deficiência visual. Importa referir que, apesar de se ter formado professores com estas características, as escolas onde estes irão leccionar não estão preparadas ou não tem infra-estruturas condignas para receber os alunos com este tipo de deficiência, não só, mas também, não possuem bibliotecas escolares para atender esse alunos, não tem material de ensino adequado e um grosso número de professores não capacitados.

Nhapuala (2014) aponta que a preparação de professorares em Moçambique não permite uma pronta actuação/intervenção face a inclusão a julgar pelas condições de formação, recursos, e o divórcio declarado entre a carga horária e a natureza de algumas particularidades dos alunos, como é o caso de alunos sobredotados. Este posicionamento é partilhado com Matemulane (2015) na qual defende que "a qualidade das acções relacionadas a este assunto não exclui a formação aprofundada de especialistas nas áreas das NEE (Necessidades Educativas Excepcionais), mais horas de estudo e práticas mais aprofundadas sobre as particularidades dos alunos. Isso pode permitir a diferenciação da educação e mais atenção especializada aos alunos com NEE".

A partir desta perspectiva dos autores, podemos entender que formar professores na perspectiva da educação inclusiva requer ressignificar o papel dos professores, a escola, a educação e as práticas pedagógicas comuns em todos os níveis do nosso sistema educacional excludente. Por outro lado, para evitar que os grupos recebam sempre a mesma formação, o professor deve organizar os grupos para incentivar os alunos a interagirem com todos os colegas. No entanto, o professor deve encorajar os colegas de classe a tratar os alunos com deficiência de maneira respeitosa e colaborativa, pois eles devem fazer parte do grupo.

Assim, o papel do professor na educação inclusiva é facilitar o processo de aprendizagem e ajudar seus alunos a crescer através do planejamento contínuo e do respeito mútuo. Ele faz parte do processo educacional de forma eficaz, acompanhando os alunos e medindo seu conhecimento. Ele é o responsável por lidar com os desafios de aprendizagem dos alunos, bem como com suas deficiências emocionais. A formação em educação inclusiva deve levar em conta os conhecimentos teóricos e os objectivos de cada disciplina. O objectivo da formação deve ser aumentar as competências dos professores para que possam conduzir a prática pedagógica e a acção inclusiva.

#### **4. DESAFIOS DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL**

##### **a) Formação de professores.**

“A falta de formação adequada para os professores é um dos maiores obstáculos para a efectivação da educação inclusiva” (Carvalho, 2019, p. 67).

A formação dos professores é fundamental para o sucesso da educação inclusiva. No entanto, muitos profissionais da educação não têm formação específica para lidar com a diversidade presente nas salas de aula.

Os desafios que o MINEDH tem é sobretudo, a formação continuada de professores, pois, entende-se que estes profissionais cujo maioritariamente foi formado nos modelos anteriores que no seu processos não foram especializados para atender alunos com deficiência visual e que de certo modo, tem encarrado grandes dificuldades quando deparam com um cenário do género, pois, este por sua vez, podem ser incapazes de responder a estes alunos ou usar os métodos inadequadamente para transmitir os conhecimentos aos estudantes.

A formação continuada dos professores ajuda significativamente a desenvolver seu conhecimento profissional. Formar professores na perspectiva da educação inclusiva requer ressignificar o papel dos professores, a escola, a educação e as práticas pedagógicas comuns em todos os níveis do nosso sistema educacional

## **Inclusão de alunos com deficiência visual no ensino primário na província de Niassa: desafios e oportunidades**

Eusébio Tiago França, Victorino Tiago França e Everson Manjinski

excludente. Assim, o papel do professor na inclusão de alunos com deficiência visual é facilitar o processo de aprendizagem e ajudar seus alunos a crescer através do planejamento contínuo e do respeito mútuo. Ele faz parte do processo educacional de forma eficaz, acompanhando os alunos na evolução do seu conhecimento. O professor, é o responsável por lidar com os desafios de aprendizagem, bem como com suas deficiências emocionais. Mas o mais importante é que ele deve saber como adequar os conhecimentos prévios dos alunos aos conteúdos curriculares da escola. Importa ressaltar que durante o processo de formação, os saberes dos professores são cruciais e essenciais para a formação inicial e para a melhoria da prática docente.

### **b) Políticas Públicas e Legislação.**

“Embora haja uma legislação favorável à inclusão, a sua aplicação prática ainda enfrenta muitos desafios” (GOMES, 2018, p. 112).

Apesar de todas as estratégias legais, a implementação do processo inclusivo no sistema educacional do país é um grande problema devido à falta de materialização das políticas estabelecidas. Isso ocorre porque não há nenhuma informação recomendada, prevista ou determinada sobre a estrutura física, curricular e humana para atender adequadamente os alunos que estão sendo incorporados. A limitação das oportunidades torna a desigualdade e a discriminação evidentes e dificulta o aprendizado.

A implementação de políticas públicas e legislação que promovam a inclusão escolar é fundamental, mas frequentemente as leis existentes não são adequadamente aplicadas ou supervisionadas em toda a rede escolar pública.

Uma das estratégias que devem ser aprimoradas é a promoção do uso de Sistema Braille nas escolas primárias, convista impulsar a oferta de oportunidades para os alunos com deficiência visual, por ser um instrumento que permite os ADV desfrutem de diversos serviços no processo educacional.

**c) Infraestrutura e Recursos.**

“A infraestrutura das escolas frequentemente não é adequada para a inclusão efectiva de alunos com deficiência, o que dificulta o acesso pleno ao currículo” (SILVA, 2020, p. 45).

Muitas instituições de ensino não possuem a infraestrutura necessária para atender alunos com necessidades especiais com destaque para os deficientes visuais. A falta de equipamentos adaptados e de recursos materiais pode comprometer a qualidade do ensino. É necessário a construção de infra-estruturas adequadas para as pessoas com deficiência visual nas escolas, como por exemplo: rampas, corrimãos, banheiros etc. Este mesmo que seja um centro de apoio para responder as necessidades educativas especiais sobretudo para atender a deficiência visual na província. Este facto, pode garantir a formação integral destes estudantes e que não seja necessário deslocar os ADV para uma das cidades capitais regionais do país ou para outro ponto do país convista a terem acesso a educação formal. Com estas medidas, colocaria os estabelecimentos de ensino na província do Niassa em verdadeiros locais para atender às necessidades educativas de todos os alunos e potenciá-los em conhecimentos, habilidades, valores e atitudes para sua integração na vida social, económica e política.

**d) Atitudes e Preconceitos:**

“Preconceitos e estigmas sociais ainda são barreiras significativas para a inclusão de alunos com necessidades especiais” (OLIVEIRA, 2021, p. 89).

A resistência à inclusão muitas vezes está enraizada em preconceitos e atitudes negativas, que podem afectar a interacção entre alunos e criar barreiras para a inclusão efectiva dos alunos com deficiência visual. Atitudes e preconceitos em relação a pessoas com deficiência visual podem variar bastante e têm um impacto significativo na qualidade de vida e inclusão dessas pessoas.

As atitudes comuns como a piedade ou compaixão: muitas pessoas sentem

## **Inclusão de alunos com deficiência visual no ensino primário na província de Niassa: desafios e oportunidades**

Eusébio Tiago França, Victorino Tiago França e Everson Manjinski

pena das pessoas com deficiência visual, acreditando que são mais frágeis ou menos capazes. Isso pode levar a um tratamento excessivamente protector ou a uma subestimação das habilidades e potencial dessas pessoas; desconfiança ou cepticismo: algumas pessoas duvidam da capacidade das pessoas com deficiência visual de realizar atividades de forma independente, mesmo quando estas têm as habilidades necessárias e utilizam tecnologias assistivas.

Atitudes positivas incluem o reconhecimento das pessoas com deficiência visual como capazes e a implementação de medidas de acessibilidade que permitem a participação plena na sociedade.

### **e) Preconceitos Comuns**

**Estereótipos Negativos:** Existe um preconceito comum de que pessoas com deficiência visual são menos inteligentes ou menos capazes de contribuir para a sociedade. Esses estereótipos podem afectar as oportunidades de emprego e educação.

**Acomodação Forçada:** Algumas vezes, a falta de compreensão leva a atitudes de acomodação forçada, em vez de facilitar a verdadeira inclusão. Isso pode criar uma separação artificial entre pessoas com e sem deficiência.

**Desinformação:** A falta de conhecimento sobre a deficiência visual e as tecnologias assistivas pode levar a mal-entendidos e a atitudes preconceituosas. A educação e a conscientização são fundamentais para combater esses preconceitos.

Para mudar este cenário é necessário mudar o comportamento da sociedade através de acções tais como:

- ✓ **Educação e Sensibilização:** Programas educacionais e campanhas de sensibilização ajudam a informar o público sobre a deficiência visual e desmistificar estereótipos.
- ✓ **Legislação e Políticas:** Políticas e leis que garantem acessibilidade e igualdade de oportunidades são essenciais para criar uma sociedade inclusiva.
- ✓ **Representação e Visibilidade:** A presença de pessoas com deficiência visual em diferentes áreas da vida pública e profissional ajuda a quebrar estereótipos e demonstra a diversidade de suas capacidades e contribuições.

Essas atitudes e preconceitos não só afectam a forma como as pessoas com deficiência visual são tratadas, mas também influenciam as oportunidades que têm para uma vida plena e independente.

## **5. EDUCAÇÃO DE PESSOAS DEFICIENTES VISUAIS NA PROVÍNCIA DO NIASSA**

A inclusão educacional de alunos com deficiência visual é crucial para garantir que esses estudantes tenham acesso às mesmas oportunidades de aprendizado que seus colegas. A província de Niassa, ainda não existem dados dos alunos com deficiência visual que frequentam a escola ao nível da rede escolar, facto este que nos preocupa bastante, visto que existe um número elevado de alunos que se encontram nas nossas comunidades e que não tem acesso a educação formal. As poucas crianças portadores de deficiência visual que frequentam a escola estão no Centro de Reintegração de Educação Especial em Nampula e é um número estimado em 86 crianças, numa província com 16 distritos e que é a mais extensa do país.

Aqui estão algumas práticas e considerações importantes a serem seguida para promover a inclusão educacional na província:

### **a) Estratégias de Inclusão**

- ✓ **Adaptação do Currículo:** Ajustar o currículo para atender às necessidades específicas dos alunos com deficiência visual é fundamental. Isso pode incluir

## **Inclusão de alunos com deficiência visual no ensino primário na província de Niassa: desafios e oportunidades**

Eusébio Tiago França, Victorino Tiago França e Everson Manjinski

a utilização de materiais em formatos acessíveis, como livros em Braille, audiolivros e recursos digitais adaptados;

- ✓ **Tecnologia Assistivas:** O uso de tecnologias assistivas pode facilitar o aprendizado e a participação. Ferramentas como leitores de tela, softwares de reconhecimento de voz e dispositivos de ampliação são exemplos de tecnologias que podem ajudar;
- ✓ **Treinamento de professores:** Professores e funcionários escolares devem receber treinamento sobre deficiência visual e estratégias de ensino inclusivas. Isso ajuda a criar um ambiente de aprendizado mais acessível e acolhedor;
- ✓ **Ambiente Físico Acessível:** Garantir que as instalações da escola sejam acessíveis é essencial. Isso inclui a presença de sinalização tátil, pisos antideslizantes e a eliminação de barreiras físicas;
- ✓ **Métodos de Ensino Diversificado:** Utilizar uma variedade de métodos de ensino e avaliações pode ajudar a atender às necessidades de diferentes estilos de aprendizagem. Técnicas como a aprendizagem baseada em projectos e o ensino colaborativo podem ser eficazes;
- ✓ **Apoio Individualizado:** Algumas vezes, é necessário oferecer apoio individualizado, como tutoria especializada ou assistência de um profissional de apoio, para atender às necessidades específicas dos alunos.
- ✓ **Participação Social:** Promover a participação dos alunos com deficiência visual em atividades extracurriculares e eventos escolares ajuda a integrar esses alunos socialmente e a desenvolver suas habilidades e interesses.

### **b) Desafios e Soluções**

#### **Desafios:**

- ✓ **Falta de Recursos:** Nem todas as escolas têm acesso a recursos e tecnologias assistivas necessárias;
- ✓ **Preconceitos:** Atitudes negativas ou mal-entendidos sobre deficiência visual podem criar barreiras para a inclusão;

- ✓ **Treinamento Insuficiente:** A falta de formação adequada para professores pode limitar a eficácia das estratégias de inclusão.

**Soluções:**

- ✓ **Parcerias:** Colaborar com organizações especializadas em deficiência visual pode ajudar a fornecer recursos e treinamento adicionais.
- ✓ **Advocacia:** Promover a conscientização sobre a importância da inclusão e a defesa dos direitos dos alunos com deficiência visual pode ajudar a superar barreiras.

A inclusão educacional é um processo contínuo e adaptativo. É importante que as escolas e os educadores permaneçam atentos às necessidades dos alunos e se esforcem para criar um ambiente de aprendizado que seja verdadeiramente inclusivo e acessível.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Uma educação inclusiva integra os alunos com necessidades especiais, em escolas regulares, por meio de uma abordagem humanística. Essa visão entende que cada aluno tem suas particularidades e que elas devem ser consideradas como diversidade e não como problema.

O direito à educação para os ADV continua sendo um obstáculo para a província do Niassa e o país em geral. Apesar desse ser protegido pela legislação moçambicana, prevalecem os problemas resultantes da implementação inadequada e da fiscalização deficiente, das infraestruturas que foram construídas sem levar em consideração os alunos deficientes visuais e recursos didáticos e que de certa forma são inexistentes nas instituições escolares. Entretanto, observa-se que as Políticas de Educação Inclusiva usadas no país são ineficazes porque não atendem à heterogeneidade dos alunos. Assim, a adequação das políticas atuais às circunstâncias locais é necessária para que a inclusão seja efetivamente implementada.

## **Inclusão de alunos com deficiência visual no ensino primário na província de Niassa: desafios e oportunidades**

Eusébio Tiago França, Victorino Tiago França e Everson Manjinski

A modalidade de formação de professores para a deficientes visuais adotada por Moçambique, não resolverá o problema, pois, os futuros professores somente aprendem o Braille como uma disciplina geral ou para ter conhecimentos sobre a matéria e não como uma disciplina nuclear ou didáctica onde o formando deveria aprender como ensinar o aluno com deficiência visual, não só, mas também, situações como rampas, banheiros adaptados e salas de aula adequadas são exemplos de acessibilidade física que devem ser considerados para atender a inclusão de pessoas portadoras de deficiência visual na escola. No entanto, a falta de recursos financeiros e humanos é um obstáculo significativo para a inclusão nas escolas.

A inclusão eficaz requer um esforço contínuo em várias frentes, desde a formação de professores, barreiras administrativas até a adequação das estruturas escolares e a mudança de atitudes sociais.

## REFERÊNCIAS

- Alves, E. L. (2018). Nenhum a menos na aula de matemática: representações sociais de inclusão de estudantes com deficiência visual e seus impactos na aprendizagem de razões trigonométricas. Tese (Doutorado) apresentada na Universidade Federal de Pernambuco. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/32352>
- MINEDH. (2018). Governo Isenta Taxas de Matrículas da primeira a nona classe. Ministério Da Educação e Desenvolvimento Humano. <https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Imprensa/Noticias/2019-governo-Isenta-Taxas-deMatriculas-da-primeira-a-nona-classe>
- MUNGA, Amélia. A Educação de Deficientes Visuais em Moçambique: Desafios e Conquistas. 1. ed. Maputo: Editora Acadêmica, 2012.
- Muthambe, A. V. (2022). Competências e Estratégias da Atuação do Psicólogo nas Escolas no Contexto da Educação Inclusiva em Moçambique. Tese (Doutorado) apresentada na Universidade Federal da Bahia. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/35884>
- Ngomane, V. J. (2018). Inclusão de Alunos com Deficiência Visual no Processo de Ensino e Aprendizagem na Escola Secundária Força do Povo. Monografia (Licenciatura) apresentada na Universidade Eduardo Mondlane. <http://monografias.uem.mz/jspui/handle/123456789/2569>
- NHAMPOSSA, Maria. História da Educação em Moçambique: Do Colonialismo à Democracia. 2. ed. Maputo: Universidade Pedagógica, 2010.
- Oliveira, A. C. (2021). Preconceitos e inclusão escolar. 3. ed. Belo Horizonte: Editora Diversidade.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Nova Iorque: ONU, 2006.
- Parruque, H. D. (2022). Políticas de inclusão escolar e práticas pedagógicas de professores do ensino básico em Moçambique. Tese (Doutorado) apresentada na Universidade Federal de Santa Catarina. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/237517>
- REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Plano Estratégico da Educação Inclusiva 2015-2019. Maputo: Ministério da Educação, 2014.
- Samboco, M. R. T. (2020). Políticas de acesso e inclusão de estudantes com necessidades educativas especiais ao/no ensino superior moçambicano: desafios e possibilidades. Dissertação (Mestrado) apresentada na Universidade do Porto <https://repositorio.aberto.up.pt/bitstream/10216/130987/2/433727.pdf>
- Silva, J. F. (2020). Infraestrutura e inclusão. 1. ed. Curitiba: Editora Educacional.
- Sousa, A. S. de, Oliveira, G. S. de, & Alves, L. H. (2021). A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. Cadernos Da Fucamp, 20(43), 64–83.
- UNICEF. (2021). Lançamento da Estratégia da Educação Inclusiva e Desenvolvimento da Criança com De ciência 2020-2029. <https://www.unicef.org/mozambique/comunicados-de-imprensa/lançamento-da-estratégia-da-educação-inclusiva-e-desenvolvimento-da-criança>